



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

REBECA TALIA XIMENES PARENTE

**A INFLUÊNCIA DOS SIMULADOS PARA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO
CICLO DE ALFABETIZAÇÃO**

**FORTALEZA
2020**

REBECA TALIA XIMENES PARENTE

A INFLUÊNCIA DOS SIMULADOS PARA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Trabalho apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador(a): Dr.^a Maria José Barbosa.

FORTALEZA
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P252i Parente, Rebeca Talia Ximenes.
A influência dos simulados para avaliação em larga escala no ciclo de alfabetização /
Rebeca Talia Ximenes Parente. – 2020.
47 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará,
Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia
, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Maria José Barbosa.

1. Avaliação. 2. Avaliação em larga escala. 3. Alfabetização. I. Título.

CDD 370

REBECA TALIA XIMENES PARENTE

A INFLUÊNCIA DOS SIMULADOS PARA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Trabalho apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria José Barbosa (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof.^a Dr.^a Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof.^a Dr.^a Ingrid Louback de Castro Moura
Universidade Federal do Ceará – UFC

AGRADECIMENTOS

À minha família por acreditar nos meus esforços e oferecer meios necessários para minha jornada acadêmica.

À professora Maria José Barbosa pela orientação, paciência e encorajamento durante a pesquisa.

Ao Filipe Ximenes pelo apoio e valiosas contribuições para este trabalho.

À Natielly de Almeida pela amizade e incentivo constantes.

Ao Pedro Falcão, Vanessa Rodrigues e Benjamim Mateus pela amizade necessária.

Aos meus amigos do Grupo de Crescimento GROOT pelos momentos vividos de boas risadas.

Ao Elionay da Costa pelo companheirismo e compreensão.

Aos demais amigos que nos momentos difíceis proporcionaram encorajamento e alegria.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a aplicação de simulados para avaliações de larga escala em séries do ciclo de alfabetização a partir da perspectiva dos professores atuantes na escola pública de Fortaleza/CE. A partir das vivências durante o percurso do curso de pedagogia na Universidade Federal do Ceará, foi possível perceber os meios utilizados pela escola para preparação das Avaliações de larga escala, em específico a prova do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica, sendo o simulado o de maior incidência. Levando em consideração os processos educativos e as facetas da alfabetização, o trabalho investigou o impacto da aplicação dos simulados para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças no período de alfabetização. Com isso, elencamos como objetivos deste trabalho descrever a avaliação na educação e avaliação em larga escala, compreender as facetas da alfabetização a partir dos teóricos da área de estudo e dos documentos oficiais e refletir sobre a aplicação dos simulados como propulsora de aprendizagem nas realidades observadas a partir das falas dos sujeitos da pesquisa. A metodologia da pesquisa é de natureza qualitativa, na forma de estudo de caso. Como principais resultados da pesquisa, identificamos que o excesso de simulados aplicados durante esta etapa entrava a qualidade da intervenção pedagógica, sendo necessário repensar as formas de preparação para avaliações de larga escala e a necessidade da aplicação de simulados para este fim.

Palavras-chave: Avaliação. Avaliação em Larga Escala. Alfabetização.

ABSTRACT

This work aims to analyze the application of simulations for large scale assessments in literacy cycle series from the perspective of teachers working in the public school in Fortaleza / CE. From the experiences during the course of the pedagogy, at the Federal University of Ceará, it was possible to perceive the means used by the school to prepare the Large Scale Assessments, specifically the test of the Permanent Evaluation System for Basic Education, the simulated being the highest incidence. Taking into account the educational processes and the facets of literacy, the work investigated the impact of the application of the simulations for the development of children's learning during the literacy period. With this, we list as objectives of this work to describe the evaluation in the education and evaluation in large scale, to understand the faces of the literacy from the theorists of the area of study and the official documents and to reflect on the application of the simulated ones as propellant of learning in the realities observed from the speeches of the research subjects. The research methodology is of a qualitative nature, in the form of a case study. As main results of the research, we identified that the excess of simulations applied during this stage hindered the quality of the pedagogical intervention, being necessary to rethink the forms of preparation for large scale assessments and the need to apply simulations for this purpose.

Keywords: Evaluation. Large Scale Evaluation. Literacy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO	9
2.1	O papel da avaliação no processo de ensino e aprendizagem	9
2.1.1	<i>Avaliação da aprendizagem</i>	9
2.1.2	<i>Avaliação em larga escala</i>	12
2.1.2.1	<i>As avaliações de larga escala na alfabetização no Estado do Ceará ...</i>	14
2.2	Concepções sobre Alfabetização	18
2.2.1	<i>A Alfabetização segundo os documentos oficiais e os estudos desenvolvidos na área</i>	18
2.2.1.1	<i>Letramento</i>	21
3	METODOLOGIA	23
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
4.1	Avaliação externa e a concepção docente	25
4.2	O reflexo da aplicação de testes preparatórios na rotina escolar .	29
4.3	A frequência da aplicação dos testes e a ação docente	33
5	CONCLUSÃO	38
	REFERÊNCIAS	41
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	44

1 INTRODUÇÃO

A educação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem o seu enfoque na alfabetização das crianças. Neste formato, é instituído o Ciclo de Alfabetização que corresponde ao 1º e 2º ano do Ensino Fundamental dos anos iniciais e este período deve ocorrer sem interrupções, a fim de consolidar o processo de alfabetização. A alfabetização é, portanto, o meio principal para o desenvolvimento do trabalho nessa etapa do ensino.

No trajeto no curso de pedagogia, a partir da participação em projetos de bolsa que aproximam o estudante da realidade escolar, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), junto às atividades práticas que surgem nas disciplinas com visitas à escola que viabilizam contato com o cotidiano em sala de aula, foi possível entender mais de perto as práticas realizadas durante a etapa inicial do Ciclo de Alfabetização.

Essas experiências proporcionaram a reflexão sobre o trabalho dos docentes frente às demandas sociais, cognitivas e emocionais das crianças, bem como o seu papel na execução das propostas governamentais de monitoramento das políticas educacionais nessa etapa. Com a realidade vivenciada, nos referimos aos processos avaliativos em larga escala que acontecem no fim do Ciclo de Alfabetização no estado do Ceará, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE) que busca monitorar as políticas educacionais e fornecer subsídios na Rede Pública de Ensino.

Esse modelo faz parte das avaliações em larga escala as quais possuem como objetivo sondar, compreender e intervir na realidade escolar, sendo que as escolas públicas passam por essas avaliações que são realizadas pelo governo em instância estadual e federal. Dessa forma, esse instrumento é significativo em um contexto de busca pela qualidade na educação do país, sendo que o Governo incentiva o bom desempenho nas avaliações por meio de premiações para as escolas que se destacam, e a escola, por sua vez, busca meios para o bom desempenho, e, como exemplo de um desses instrumentos, destaca-se a aplicação de simulados.

Durante o ciclo de alfabetização, esse instrumento é aplicado e faz parte da rotina escolar a fim de mensurar o desenvolvimento de leitura e escrita das crianças e proporcionar momentos de adaptação da prova oficial. Desse modo, faz parte da rotina dos educandos avaliações e simulados junto às práticas de alfabetização.

Conhecer os espaços escolares durante o período do PIBID e das vivências em atividades práticas em disciplinas no curso de Pedagogia e vivenciar a organização desses espaços frente às avaliações externas contribuíram para refletir sobre o impacto do instrumental simulado na rotina escolar. Com isso, este trabalho tem o objetivo de analisar a aplicação de simulados para avaliações de larga escala em séries do ciclo de alfabetização a partir da perspectiva dos professores atuantes na escola pública de Fortaleza/CE. Assim, propomos o seguinte questionamento: qual a concepção dos professores do ciclo de alfabetização sobre a aplicação dos simulados para as avaliações em larga escala, tendo em vista a promoção do desenvolvimento da aquisição de leitura e escrita das crianças?

Deste modo, buscamos discutir neste trabalho os conceitos de avaliação e avaliação em larga escala a partir dos autores Méndez (2002), Esteban (2003) e Garcia (2003), bem como outros autores que versam sobre o assunto. Para compreender o conceito de Alfabetização, utilizamos os estudos de Ferreiro e Teberosky (1985), Soares (2009), os documentos oficiais da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2019) e o Documento Curricular Referencial do Ceará (2019).

A organização desta pesquisa busca *a priori* definir o papel da avaliação na aprendizagem e a avaliação em larga escala a fim de entender suas finalidades e propostas. Adiante é feito o percurso para discutir o papel das avaliações em larga escala no período de Alfabetização no Estado do Ceará. Posteriormente, foi necessário também compreender o que é a alfabetização e suas facetas de acordo com os teóricos da área de estudo e dos documentos oficiais.

Ademais, partimos para os percursos metodológicos da pesquisa e da discussão dos dados. Na discussão dos dados, aproximamo-nos do tema “simulados” analisando os seus objetivos e aplicação na escola junto ao aporte teórico apresentado anteriormente. Isto posto, fazemos a reflexão do assunto junto às opiniões expressas pelos professores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O papel da avaliação no processo de ensino e aprendizagem

Neste capítulo, iremos tratar do papel da avaliação, bem como dos procedimentos e instrumentos por ela utilizados. Dessa forma, será discutida a correlação deste objeto com a educação, os processos de ensino e a sua aplicabilidade na escola.

2.1.1 Avaliação da aprendizagem

A educação e o processo de ensino aprendizagem são constituídos por vários elementos externos e internos do indivíduo. Os elementos internos referem-se aos esquemas mentais desenvolvidos pelo sujeito nos quais ele acomoda, assimila e adapta (PIAGET, 1996) o conhecimento e produz novas aprendizagens. Nos elementos externos ao indivíduo, temos o trabalho realizado pela escola e pelo meio social no qual está inserido. Aqui entra em ação o trabalho do professor: o planejamento, a execução de atividades e a avaliação. A avaliação é uma parte importante do processo, pois, a partir de uma avaliação com objetivos específicos e aplicada de forma coesa com os demais elementos de ensino-aprendizagem, é possível favorecer o bom rendimento do educando dando respostas para a continuidade ou não do trabalho realizado.

Andriola (2003) retrata a avaliação presente no contexto da vida diária. O autor cita atividades cotidianas avaliativas que utilizamos, como por exemplo para verificar as nossas finanças; para certificar que o veículo automotivo está em boas condições para uma longa viagem, entre outras situações diárias em que é necessário um levantamento de informações. Para o autor supracitado, a avaliação é um processo sistemático que coleta informações sobre um contexto, emite uma valoração para atividade avaliada e permite uma tomada de posição para o objeto em *locus*. Logo, a avaliação emerge de diversas situações e áreas de estudo, tornando as discussões sobre uma avaliação educativa importantes para delimitar os conceitos e definir os instrumentos utilizados.

Para Méndez (2002), a avaliação se difere das atividades de classificação e correção a partir dos recursos utilizados e para os fins específicos. O autor defende

que uma avaliação educativa transcende os hábitos de qualificação à medida que os meios envolvidos correspondem ao processo como um todo. A avaliação assume um papel de diagnóstico, sendo assim, é necessária durante todo o percurso para melhor compreender a realidade inserida. A avaliação como diagnóstico é prevista na realidade escolar como aquela em que o professor se utiliza dos resultados para promover a aprendizagem a partir de uma análise das respostas como norteador do seu planejamento. Esta avaliação permite ao docente conhecer o seu aluno e adequar sua prática à realidade da turma, desta forma a avaliação não é apenas um instrumento de promoção escolar, mas sim um parceiro no desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo.

Conforme Garcia (2003), historicamente, a avaliação surge de forma institucional no século XVII. Por um lado, é defendida como técnica de supervisão por La Salle (1720) enquanto Comenius (1657), que escreveu a *Didactica Magna*, precepta a avaliação como parte do processo de aprendizagem. Comenius (1657) defende a avaliação como palco para discussão dos elementos envolvidos na aprendizagem do sujeito, já La Salle (1720) centra a avaliação no aluno e na prática pedagógica, pois o que é ensinado deve ser aprendido.

Essa perspectiva, ainda persistente no contexto brasileiro, reduz a avaliação a mensuração de resultados, Libâneo (2012, p. 264) afirma sobre o assunto que “na tradição e no cotidiano das escolas, a medição tem sido mais valorizada do que a avaliação – tanto que muitos alunos estudam para tirar nota, e não para aprender”.

Desta forma, os ideais de La Salle (1720) e Comenius (1657) permeiam as vertentes educacionais, uma vez que, dentro do percurso histórico, a sociedade perpassa por momentos de mudanças e reestruturação de conceitos. Com isso, o cenário avaliativo incorpora as ressignificações de acordo com seu tempo e passa a refletir o modelo de sociedade no qual está inserido.

Atualmente, no contexto escolar, a avaliação é aplicada de duas formas: em sala, pelo professor, abordando os conteúdos estudados durante um período determinado; e, de forma mais ampla, aplicadas pelo governo, as avaliações de larga escala, com fins variados, dentre eles medir a qualidade do ensino.

Entretanto, sabe-se que a avaliação pode ser utilizada como objeto de classificação e controle. Luckesi (1998) relata que a avaliação ganhou um espaço tão amplo que a prática pedagógica passa a ser direcionada por uma “pedagogia do

exame”. Tal pedagogia, refere-se aos processos de avaliação impulsionados pela promoção dos indivíduos, na progressão da série durante o ano letivo, um instrumento de medo e ameaça, centrado em resultados e, por fim, descontextualizado do processo ensino-aprendizagem.

Quando a avaliação na escola só é considerada como citada por Luckesi (1998) uma avaliação voltada para resultados e promoção escolar, e denominada por Esteban (2003) como avaliação numa perspectiva quantitativa, pontual, voltada apenas para o exame, em que se refere a um ideal de controle, retirando a autonomia de uma educação centrada no sujeito e reduz a sala de aula a momentos de produtividade e resultados positivos, ela deixa de dialogar com o processo, sendo estanque, pontual. Isto acontece devido a descentralização da avaliação e do processo de ensino-aprendizagem para a qual a avaliação é aplicada apenas com objetivo de alcançar metas e suprir demandas de promoção, reduzindo a realidade escolar ao controle do processo educativo. Por este motivo, a característica quantitativa desse processo representa o controle do ensino pela necessidade produtivista de apontar resultados, desvinculando-se do planejamento e da importância qualitativa desses resultados a partir de uma análise mais ampla dessa avaliação.

Para Esteban (2003), o meio mais adequado é a construção de um modelo híbrido de avaliação em que se defende o reconhecimento do indivíduo como sujeito histórico e social colocando em palco a importância de uma avaliação focada nos processos realizados em sala. Neste modelo, todo o trabalho realizado em sala é contabilizado para construção da nota/classificação do indivíduo. Nesse sentido, Méndez (2002, p.15) afirma que uma avaliação educativa da aprendizagem possui a participação de todos os envolvidos no processo, assim, todo o trabalho realizado contribui para avaliação desse sujeito.

Dessa forma, a avaliação passa a ser um documento em que o indivíduo defende suas ideias, mas também que aflora as dúvidas, as inseguranças e o desconhecimento a fim de superá-los, se esta for a finalidade. Sendo assim, podemos definir como avaliação educativa a produção de resultados a partir do sujeito e aquilo que é construído por ele antes, durante e depois da avaliação diferenciando-se de uma avaliação que se preocupa apenas em quantificar os resultados e controlar os índices, buscando um fim em si mesma e não como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, em que garante informações ao professor e ao aluno sobre os resultados de seus trabalhos.

2.1.2 Avaliação em larga escala

Um segundo modelo de avaliação é o adotado pelas políticas educacionais. Essas avaliações se dão a nível estadual e nacional, por intermédio do Estado, os quais definem objetivos, regularizam e monitoram as políticas educacionais, portanto, utilizam-se desse instrumento para gerir e organizar informações acerca da qualidade, equidade e da eficiência da educação. É por meio deste modelo que se pautam as discussões acerca da qualidade do ensino das diferentes realidades escolares apontando os desafios e as possibilidades dos contextos inseridos. “Cabe às políticas públicas de educação e aos sistemas de ensino produzirem as condições de possibilidade para o desenvolvimento integral de todos os alunos com equidade e qualidade, tendo por fundamentos o direito à educação e a democratização do ensino” (PASSONE, 2017, p. 08), ou seja, os resultados dessas avaliações devem inferir em ações qualitativas a fim de superar os desafios encontrados e viabilizar uma educação pública e de qualidade.

Essas avaliações tem um caráter somativo. Sendo assim, uma modalidade pontual que ocorre no fim de um processo educacional. Os resultados se destinam para registro e publicação dos mesmos. (CAED, UFJF)

Esses testes ganham força com o modelo implantado nos Estados Unidos (EUA) chamado *accountability*¹. Nesse modelo, os índices de qualidade da educação são medidos por meio de testes cognitivos dos alunos e o governo é responsabilizado pelos resultados alcançados.

Dessa forma, faz parte da sua conjuntura as avaliações em larga escala, *rankings*, incentivos, comparações de índices e publicização de resultados (ARAÚJO; LEITE; SILVA, 2017). Implantado em 2001 nos EUA, o *accountability* também ganha espaço na América Latina em países como Chile e Brasil.

No Brasil, as avaliações em larga escala passam a ser aplicadas com objetivo de diagnóstico e publicização de resultados a partir dos anos 90, com avaliações aplicadas nas séries finais do ensino fundamental (5º e 8º ano) e ensino médio (2º e 3º ano) visando conhecer como se apresentava a educação básica nas escolas brasileiras. Este conjunto de avaliações em larga escala recebem o nome de Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o projeto piloto é de 1990 e foi aplicado de

¹ Tradução: prestação de contas, responsabilização.

forma amostral nas escolas públicas nas séries 1^a, 3^a, 5^a e 7^a do ensino fundamental, e, ao longo dos anos, os estados foram aos poucos organizando sistemas responsáveis por avaliação em larga escala em suas secretarias de educação e se reestruturou para o formato atual.

Em 2005, passam a fazer parte do sistema a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), popularmente conhecida como Prova Brasil. Em 2013, a partir da divulgação da Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) também passa a fazer parte deste conjunto de avaliações. Atualmente o SAEB agrupa as avaliações de larga escala já realizadas anteriormente no país.

O Ministério da Educação (MEC) unificou os testes a fim de se adequar a nova Base Nacional Comum Curricular. Nesse novo modelo, a avaliação da alfabetização é realizada no 2º ano do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais, uma vez que o fim do ciclo foi antecipado do 3º para o 2º ano. Porém, o SAEB também é aplicado na Educação Infantil com professores e gestores, no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais e na 1º, 2º e 3º série do Ensino Médio.

O órgão responsável pela avaliação é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que tem como objetivo a publicitação dos resultados além de detectar as desigualdades escolares e permitir ao gestor visualizar a situação escolar e redirecionar os recursos para as áreas em que precisam de atenção. Os testes são aplicados por avaliadores externos à instituição a fim de não haver interferência na aplicação das provas, as questões possuem múltiplas escolhas de acordo com o nível que ela está sendo aplicada e se baseia na Teoria de Resposta ao Item (TRI).

A partir do desenrolar dessas avaliações, o governo instituiu um índice para quantificar os resultados e responsabilizar os autores educacionais, mediante premiações e criação de metas individuais para as escolas em nível estadual e municipal, surge então o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Fundado em 2007, o IDEB tem o objetivo de impulsionar os resultados para que o Brasil alcance, até 2022, a média no patamar educacional de 6,0 dos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) por intermédio da análise individualizada dos resultados em cada instituição e traçando metas a partir

da realidade inserida. Essa proposta provém de discussões de organismos internacionais em que se declara o compromisso internacional para garantir uma educação básica de qualidade.

A definição para uma média educacional a nível internacional inicialmente, para o Brasil, seria até 2015 com a Declaração de Dakar, documento que reafirma os objetivos afirmados na Declaração de Jomtien que prevê a universalização da Educação. Entretanto foi estendida para o ano de 2022, o ano do bicentenário da Independência.

Neste estudo, será feita uma discussão sobre as avaliações de larga escala aplicadas durante o período de alfabetização das crianças, em específico das turmas de 2º ano do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais do município de Fortaleza do Estado do Ceará. A pesquisa realizada iniciou-se a partir da perspectiva de professores da rede pública de ensino sobre os exames realizadas na escola, bem como a preparação para os mesmos conhecidos como simulados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) e o seu impacto no contexto escolar para o desenvolvimento da leitura e escrita dos estudantes.

2.1.2.1 As avaliações de larga escala na alfabetização no Estado do Ceará

A avaliação em larga escala entrou em expansão no Ceará desde os anos de 1990, sendo assim um dos precursores na implantação das políticas públicas de educação baseadas na gestão de resultados e na concessão de prêmios para escolas que atingem as metas individuais e se destacam por sua nota (ARAÚJO; LEITE; SILVA, 2017).

O Governo do Ceará, junto à Secretaria do Estado, elabora um sistema próprio de avaliação, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Seus objetivos são semelhantes aos das demais avaliações de larga escala no país pois, busca identificar os processos de aprendizagem e avalia anualmente as escolas públicas a fim de fornecer subsídios e sondar a aplicação das políticas educacionais (CAED, UFJF, 2018). O teste é de caráter censitário, aplicada anualmente no 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e no 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, das escolas públicas estaduais e municipais do Ceará.

O teste aplicado no 2º ano do ciclo de alfabetização recebe o nome de SPAECE-Alfa e se dá pela preocupação do governo sobre o nível de leitura e escrita

das crianças com a finalidade de diminuir as taxas de analfabetismo. Esse teste consiste em uma avaliação de desempenho com os educandos a partir de questões de múltipla escolha e é aplicado de forma anual nas escolas da rede estadual e municipal de ensino. Os resultados dessas avaliações, tendo em vista os princípios das políticas de responsabilização de governo, são publicitados, relatados e divulgados para a escola e para todo o estado. Os resultados possuem:

Indicadores de desempenho (proficiência e indicação/distribuição dos estudantes por padrão de desempenho) e participação (abrangência e adesão) [...] Os indicadores de desempenho, são calculados através da Teoria de Resposta ao Item (TRI), que leva em consideração modelos estatísticos capazes de determinar um valor/peso diferenciado para cada item respondido e, com isso, estimar o que o estudante é capaz de (saber) fazer. Esses resultados admitem comparabilidade entre edições. (CAED, UFGF, 2018)

A divulgação dos resultados e sua interpretação pela instituição em que se realiza a prova é indispensável para melhoria das condições da realidade inserida. É essencial que os dados colhidos durante os testes retornem à escola, junto ao corpo docente e a gestão para oportunizar à comunidade escolar a análise do seu contexto apontando os avanços e as melhorias que devem ser realizadas. Nesse sentido, a avaliação toma o significado para escola como avaliação “formativa”, uma vez que este modelo “deve estar continuamente a serviço da prática, para melhorá-la, e a serviço dos que dela participam e dela se beneficiam” (MENDÉZ, 2002, p. 16). Entretanto, o tratamento incorreto desses dados não implica em mudança nos processos de desenvolvimento escolar, segundo Araújo (2016, p. 67), sem a devida atenção esses resultados “se perdem em gráficos e tabelas” e não produzem significados reais para escola.

Nesta pesquisa, serão destacados os aspectos relacionados à aplicação de testes com o tratamento significativo desses dados para a escola. Refletir sobre os resultados com a comunidade escolar viabiliza uma prática docente norteada na aprendizagem do indivíduo, desta maneira, avaliar se torna mais um instrumento para diagnosticar os processos e conduzir a uma análise para propostas de intervenções adequadas. Ao tornar a aplicação de testes uma atividade rotineira, sem aproveitamento dos seus resultados dentro da prática na sala de aula, estamos vulneráveis a reproduzir uma atividade sem significados que ocupa todo o espaço que poderia ser de reflexão. Sem o tratamento correto, os apontamentos se perdem e não há direcio-

namento para indicar qual esfera escolar necessita de atenção, investimento financeiro e profissional. Desta maneira, a importância dos resultados desses testes norteia esta pesquisa, a fim de refletir como estes resultados estão sendo utilizados.

Para estimular o desenvolvimento das escolas e o alcance de metas individuais, o governo distribui prêmios para beneficiar os melhores índices de desempenho, instituído pela Lei nº 15.923, de 15/12/15, o Prêmio Escola Nota Dez prevê recursos para as escolas públicas que:

[...] tenham obtido, no ano anterior à concessão do mesmo, os melhores resultados de aprendizagem, expressos pelos Índice de Desempenho Escolar – Alfabetização (IDE-Alfa), Índice de Desempenho Escolar - 5º ano (IDE-5) e Índice de Desempenho Escolar - 9º ano (IDE-9). (CEARÁ, 2012)

A premiação destina-se a 150 escolas que obtêm a média entre 8,5 e 10,0 com 90% dos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais atendidos pelo SPAECE.

As escolas premiadas recebem visualização e reconhecimento, seus índices são divulgados e utilizados como referência. Cada escola deve desenvolver um Plano de Aplicação de Recursos Financeiros que prevê a distribuição do valor do prêmio para professores atuantes no ano da premiação, para compra de material pedagógico, investimento em formação continuada, para reparos físicos e todas as ações necessárias para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos (Ceará, 2012). Portanto, existe uma busca da gestão da escola para atingir esses índices, pois os benefícios financeiros representam um apoio governamental para educação e a valorização pelos esforços para um bom desempenho que aponta, em termos estatísticos e sistemáticos, um desenvolvimento de leitura dos alunos.

Araújo (2016, p. 69), em uma análise sobre os efeitos do Prêmio Escola Nota Dez no Estado do Ceará, denuncia que esse cenário é responsável pela “competição entre as escolas, a reorientação das práticas pedagógicas, que se voltam para os testes padronizados”. Assim, a avaliação cujo escopo prever a visualização da situação da escola como mecanismo de controle do desenvolvimento acaba por se desvincular do sentido real de avaliação, em qualquer instância, seja ela de aplicação micro ou macro, e passa a ser compreendida como uma corrida meritocrática. A autora supracitada aponta essa corrida pela busca do *status* da Escola Nota Dez, uma vez que aquelas que atingem esse objetivo são valorizadas e recebem destaque público.

Entretanto, as escolas que não atingem esse patamar passam por “privação de melhores condições de trabalho, perda de incentivos de bonificação” (ARAÚJO, 2016, p. 69). Dessa maneira, transforma os objetivos das avaliações em dados a serem comparados e ranqueados pelo governo e se aproximam mais de uma competição, perdendo então o caráter formativo da avaliação como instrumento de análise e reflexão do contexto inserido.

As políticas no modelo *accountability* impulsionam o desenvolvimento, entretanto, sem os devidos fins traçados, passam a se tornar um mecanismo de controle baseado em questionários que produz retorno financeiro. É importante ressaltar que devemos sempre voltar para definir uma concepção de avaliação como “ um instrumento de coleta de informações, sistematização e interpretação das informações [...] e por fim, tomada de decisão (como intervir para promover o desenvolvimento das aprendizagens significativas) ” (SILVA, 2003, p. 12).

É importante considerar que, no contexto de alfabetização, os indivíduos em uma mesma sala possuem processos distintos de desenvolvimento e requerem intervenções específicas para cada estágio. Compreende-se que a qualidade do ensino também se dar pela melhoria do espaço físico, o contexto social e a formação docente, portanto, os dados coletados em avaliações de larga escala podem apresentar índices de aprendizagens, mas também contribuir para reflexão de toda comunidade escolar e do governo.

O Nordeste, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019 apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%) comparado as outras regiões do Brasil. Esses dados sinalizam a necessidade de repensar a prática ainda nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para que esse número não expanda e exige uma compreensão dos processos envolvidos na aprendizagem da leitura e escrita. As avaliações em larga escala no 2º ano do Ensino Fundamental podem contribuir de forma positiva para o desenvolvimento dos estudos à medida que seus resultados e aplicabilidade estejam propostos para fins de análise e tomada de decisão.

Tendo em vista esse aspecto, no Ceará, as políticas do modelo *accountability* atuam na bonificação e premiação de escolas, bem como em medidas administrativas para atuar nas escolas com índices mais baixos. Desta forma, traz para escola a responsabilização por melhores resultados através do desenvolvimento dos educandos e estimula o trabalho dos docentes a partir dessas avaliações.

Entretanto, é necessário compreender como se dá a sistematização destes resultados na escola e entender o seu papel também no planejamento do docente. A partir da discussão da aplicabilidade desses resultados na escola, é possível delinear um percurso de reflexão para realização dos testes e o trabalho do professor, uma vez que este é impulsionado a desenvolver seu trabalho em busca de um bom desempenho nas avaliações externas. Com essa prática de responsabilização do professor, o qual é convidado a desenvolver as competências da prova, passa a fazer parte da rotina escolar os períodos pré-testes com simulados para avaliação, a fim de trabalhar essas competências.

Desta maneira, torna-se necessário compreender qual o significado desses resultados na prática docente para não carregar o caráter preparatório que visa a boa atuação da escola nas avaliações de larga escala para premiação e bonificação da mesma, mas sim visualizar nesses resultados possibilidades para melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Repensar a prática também no contexto da sala de aula para compreender a validação em utilizar esse instrumento para adaptação das avaliações em larga escala e refletir sobre intervenções possíveis para oportunizar o desenvolvimento do educando, pois o período de alfabetização é um momento primordial na educação escolar que, por sua vez, requer estudos específicos sobre suas facetas.

A partir dessa discussão, iremos refletir sobre os conceitos de alfabetização que permeiam este trabalho.

2.2 Concepções sobre Alfabetização

Nesta seção, iremos tratar das concepções sobre alfabetização utilizadas neste trabalho, tendo em vista sua definição e seus processos a partir dos documentos oficiais e dos teóricos da área de estudo. Dessa forma, será discutida a correlação desse objeto com os métodos de ensino e a sua aplicabilidade na escola.

2.2.1 A Alfabetização segundo os documentos oficiais e os estudos desenvolvidos na área

Para iniciar a reflexão, é interessante retomar o conceito de alfabetização segundo os documentos oficiais do governo. O Plano Nacional de Alfabetização

(PNA), instituído em 2019, é responsável pela proposta de uma política de alfabetização que concebe esse processo como tema fundamental da vida escolar e para o pleno exercício da cidadania. Para o documento, a alfabetização é o ensino das habilidades de leitura e escrita em um sistema de escrita alfabético. Desta maneira, compreende como um processo de decodificação e codificação de palavras, entretanto, ressalta-se que é preciso “ler e escrever com autonomia” (BRASIL, 2019, p.19), pois apenas a aquisição do código e as correspondências grafofonêmicas não implicam na alfabetização do sujeito, mas sim que ele seria capaz de produzir e compreender palavras e textos sem mediação.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento responsável pela descrição de competências e habilidades por área de conhecimento, amplia esse conceito para propulsor da “inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social” (BRASIL, 2019, p.13). Nesse documento, ressalta-se o início da alfabetização desde o nascimento até a Educação Infantil, sendo tratado como um percurso de construção de habilidades e capacidades de análise e transcodificação linguística.

A BNCC enfatiza o ensino da língua através da importância da apropriação ortográfica do estudante, uma vez que, durante a alfabetização, o estudante constrói as relações fonema e grafema e dá início ao processo mais longo: o da ortografização (BRASIL, 2019, p.91).

No Estado do Ceará, foi elaborado o Documento Curricular Referencial do Ceará, documento oficial do estado, fundamentado na BNCC, que define os pressupostos para os currículos das escolas, visando assegurar o direito de aprender na idade certa, tendo como concepção a alfabetização para o letramento. Deste, compreende-se a aquisição do sistema de escrita alfabética, o uso da leitura e escrita, e suas práticas sociais. Esses documentos tomam como pressuposto o conceito de alfabetização para a prática social da leitura e da escrita. Esta concepção foi desenvolvida ao decorrer das décadas, afim de se reinventar para desenvolverem-se técnicas e novas concepções sobre o processo da alfabetização.

Até os anos 80, no Brasil, o ensino da língua portuguesa na escola era traçado por métodos com objetivos voltados à aprendizagem sistemática dessa língua. Nesse período, foram produzidos materiais de referência para o desenvolvimento de habilidades consideradas essenciais para alfabetização, incluindo atividades de memorização e repetição. Soares (2004) destaca que esse momento foi caracterizado:

[...]por uma alternância entre métodos sintéticos e métodos analíticos, mas sempre com o mesmo pressuposto – o de que a criança, para aprender o sistema de escrita, dependeria de estímulos externos cuidadosamente selecionados ou artificialmente construídos – e sempre com o mesmo objetivo – o domínio desse sistema. (SOARES, 2004, p.98)

Observa-se, nessa perspectiva, que a alfabetização era incorporada na realidade escolar de forma mecânica, acreditando-se em um processo de codificação e decodificação com base em atividades repetitivas, reduzindo a alfabetização a fins específicos de habilidades a serem desenvolvidas que começavam na escola. Temos clareza que este aspecto do ensino e desenvolvimento da língua são fundamentais, entretanto, compreendemos que trata-se de um processo amplo, que envolve ações de reflexão e conflito por intermédio das atividades desenvolvidas no cotidiano escolar até que o processo se consolide, e não apenas o ensino de regras e a memorização das mesmas.

Segundo Albuquerque e Morais (2007), durante os anos de 1980, pesquisadores de áreas como Psicologia, História e Pedagogia passam a criticar esse ensino baseado na decodificação, e surgem estudos que buscam refletir e redefinir as concepções de alfabetização. Assim, surgem os estudos de Ferreiro e Teberosky (1985), os quais emergem no Brasil em cima do contexto de “fracasso escolar” e das discussões sobre os métodos de alfabetização.

A pesquisa de Ferreiro e Teberosky (1985) investigou o conhecimento que o indivíduo possui sobre escrita e leitura, mesmo que nunca tenha estudado, e descreveu as hipóteses por eles demonstradas em níveis, a partir da concepção da criança piagetiana que se constrói e é ativa sobre o mundo a sua volta, tendo em vista a sua perspectiva e contexto no qual está inserida. Dessa maneira, para as autoras “a assimilação entre a concepção sobre a natureza do objeto a adquirir - o código alfabético - e as hipóteses acerca do processo tem levado a confundir métodos de ensino com processos de aprendizagens” (FERREIRO & TEBEROSKY, 1985, p.20). Então, propôs-se estudar os processos envolvidos e não dispor de um método, conhecer as hipóteses de aquisição de leitura e escrita. Com essa pesquisa, as autoras definiram os níveis de hipóteses: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético.

Conhecer os processos de desenvolvimento do indivíduo acaba por conceber a alfabetização em uma esfera de aprendizagem contínua, dentro e fora da escola, e em todos os contextos e na compreensão da leitura de mundo dos indivíduos. Com

base nesses estudos, o professor pode buscar estimular, em sala, atividades que proponham trabalhar as características das hipóteses de cada nível, a fim de promover ao educando a progressão até o nível alfabético.

Isto posto, tendo em vista a aprendizagem como um objeto global que acontece mesmo antes da inserção escolar, um outro conceito pauta a discussão sobre o uso e a prática social da língua: o Letramento. Este passou a ser difundido junto aos processos de alfabetização.

2.2.1.1 Letramento

O letramento, segundo Soares (2009), é o fenômeno que corresponde ao indivíduo que passa a fazer uso da leitura e da escrita, e se envolve em suas práticas sociais. Por conseguinte, passa a ser necessário compreender o sistema de leitura e escrita e apropriar-se dele para expressar seus desejos, opiniões, poder argumentar e usar desse recurso para a sua inserção cultural.

Por isso, debruçar-se sobre a alfabetização é incorporar o letramento. Conhecer grafemas e fonemas são necessários, porém agir sobre eles é fundamental na formação crítica do indivíduo. A autora supracitada destaca em seus estudos que ao ser letrada “a pessoa passa a ter uma forma de pensar diferente da forma de pensar de uma pessoa analfabeta ou iletrada” (SOARES, 2009, p.37). Logo, ser letrado é um lugar social e modifica a sua percepção sobre o mundo.

No contexto escolar, há a necessidade de fazer esses processos de forma simultânea, para que os educandos tenham acesso a textos e a situações sociais de uso deles, construam a compreensão do funcionamento do sistema de escrita alfabético e sejam capazes de, sozinhos, registrarem as características desses processos no papel com seus próprios textos (GALVÃO; LEAL, 2005). Logo, o docente deve viabilizar estas vivências de forma significativa a fim de desenvolver a autonomia dos estudantes.

Isto posto, compreende-se que a alfabetização e o letramento são processos amplos que, embora se inicie formalmente na escola, começam, de fato, antes do indivíduo chegar à escola, pois se desenvolvem da cultura e daquilo que o cerca. As informações são precipitadas no âmbito social e precedendo a aquisição do sistema de escrita e da apropriação do mesmo, a criança já decifra e constrói hipóteses.

Ao avaliar educandos envolvidos nesse processo, é necessário compreender suas facetas e a complexidade desse sistema. As avaliações estão expostas a esta variedade de fatores que influenciam diretamente nos seus resultados. As políticas de responsabilização do estado, por meio de prêmios e bonificações, carregam para a escola o compromisso de fazer acontecer as metas propostas pelos organismos internacionais. A escola, por sua vez, convida o professor a incorporar em sua prática a responsabilidade de arcar com as competências exigidas nas avaliações. Entretanto, é importante ressaltar a complexidade dos processos de alfabetização e letramento, para que, em sala, as atividades propostas, visando desenvolver as competências do currículo que serão avaliadas, sejam coerentes com a progressão do aluno na leitura e na escrita.

Atentar-se para complexidade desse processo é assumir o compromisso prioritário com a alfabetização e letramento dos educandos. A preparação para os testes de larga escala pode acontecer de modo a não sobrecarregar o trabalho em sala com atividades mecânicas, semelhantes às atividades de repetição e memorização antes presentes de forma majoritária no próprio ensino da leitura e da escrita.

Portanto, este trabalho tem como intuito investigar os efeitos das políticas públicas de premiação na realidade da escola no que se refere a prática do docente em meio a estas facetas; tendo em vista a importância dos resultados destas avaliações, pensar sobre os seus reflexos no cotidiano escolar, de modo a viabilizar a análise dos impactos das políticas na aprendizagem dos indivíduos.

3 METODOLOGIA

Nesta sessão iremos refletir sobre os métodos de pesquisa utilizados neste trabalho. O objetivo geral foi o de analisar a aplicação de simulados para avaliações de larga escala em séries do ciclo de alfabetização a partir da perspectiva dos professores atuantes nas escolas públicas de Fortaleza/CE.

Para análise de dados, escolhemos a abordagem qualitativa que, nesta pesquisa, refere-se ao aprofundamento das questões trazidas pelos profissionais atuantes. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. À vista disto, as opiniões expressas através dos instrumentos de pesquisa destacam aspectos envolvidos no ambiente escolar pelos educadores a partir da realidade vivenciada e dos processos subjetivos nesse contexto.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa será necessária para a interpretação dos dados em explicar, descrever e compreender esses fenômenos.

Para expor os dados da pesquisa, iremos trabalhar com o estudo de caso, uma vez que o estudo de caso é um método de investigação que consiste na análise profunda de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu conhecimento de forma detalhada (GIL, 1999).

A pesquisa envolveu seis professores da rede pública escolhidos de forma aleatória, sendo cinco professores atuantes no 2º ano do Ciclo de Alfabetização e um professor do 1º ano do Ciclo de Alfabetização. Para coleta de dados, utilizamos um questionário desenvolvido na plataforma *online Google Forms*.

O questionário é uma técnica que “tem por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999, p.128), sendo, assim, um instrumento de coleta de dados favorável a pesquisas que investigam a realidade vivenciada dos indivíduos participantes. No contexto dessa pesquisa, o questionário também foi utilizado por ser um meio facilitador, tendo em vista que, segundo Gil (1999, p.128-129), o questionário:

[...] possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio [...] e garante o anonimato das respostas.

Nesta pesquisa, o questionário *online* possibilitou a resposta dos docentes de forma anônima, sem a necessidade do deslocamento do pesquisador, possibilitando a coleta de dados em áreas distintas e, por se vincular por ferramenta *online*, facilitou a organização dos dados obtidos. (Apêndice A)

O perfil dos professores é um perfil diverso. O questionário foi distribuído de forma aleatória nos distritos de educação de Fortaleza com um total de seis questionários respondidos.

Para a análise das respostas obtidas, os professores foram nomeados como P1, P2, P3, P4, P5 e P6, de modo a garantir o anonimato. A distribuição numérica foi determinada pela ordem cronológica de respostas do formulário. A pesquisa foi realizada no período de outubro a dezembro de 2019.

Quanto aos dados, destacam-se as seguintes categorias: a perspectiva docente sobre os simulados para avaliação externa; o reflexo da aplicação de testes preparatórios na rotina escolar; a frequência da aplicação dos testes e a ação docente.

As reflexões deste trabalho consideraram o papel e o conceito de avaliação na escola, bem como as facetas do processo de alfabetização descritas anteriormente, a partir dos relatos dos docentes atuantes em sala. Com isto, analisamos a aplicação de simulados para avaliação de larga escala no 1º e 2º ano do Ciclo de Alfabetização e o seu reflexo na rotina escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Avaliação externa e a concepção docente

Os simulados na escola são testes preparatórios para as provas oficiais. O presente trabalho teve como foco os simulados para a avaliação de larga escala do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), aplicados no 2º ano do Ciclo de Alfabetização. Estes simulados possuem como norte os descritores da prova do SPAECE e têm adesão, também, nos demais níveis de ensino, a fim de preparar e adaptar as crianças e adolescentes para as habilidades e competências exigidas pela avaliação do SPAECE.

Reconhecendo a importância das avaliações externas, e tendo em vista o trabalho da escola frente a essa realidade, questionou-se inicialmente aos professores sobre a realização dos pré-testes - simulados - em suas turmas. Todos os docentes da pesquisa aplicavam com os seus alunos simulados para avaliação externa. A iniciativa e orientação para os simulados partem da Secretaria Municipal de Educação (SME) ou da Direção da escola, e os professores, por sua vez, ficam responsáveis por aplicar em suas turmas o pré-teste.

Esses simulados, de acordo com a pesquisa, são em partes elaborados pela própria escola. Dois educadores afirmam que até sete dos simulados aplicados são elaborados pela escola, dois apontam que o número de simulados elaborados pela própria instituição é acima de sete e apenas dois responderam a escala de zero para três simulados elaborados pela própria escola. Um professor não respondeu à questão. Dessa forma, na pesquisa, em média pelo menos sete simulados aplicados nas turmas são elaborados pelas próprias instituições, indicando, assim, uma atenção das escolas para a aplicação de simulados para avaliações de larga escala.

Ao serem questionados sobre o benefício desta ferramenta na prática escolar e nas turmas do ciclo de alfabetização, os professores P1 e P2 concordaram e apontaram pontos positivos no uso, destacando que:

Mais um instrumento de análise da evolução da leitura e que pode direcionar práticas/ações considerando as habilidades que aparecem com menor acerto por aluno. (P1)

Entendemos que existe outras formas de avaliação, mas as crianças são submetidas a avaliações semelhantes aos simulados, elas precisam conhecer esse modelo e estar preparada, pois o simulado também permite perceber o

nível de compreensão/interpretação e concepções que as crianças constroem em relação ao processo de alfabetização. (P2)

As falas dos educadores indicaram a importância da análise dos resultados desta modalidade também em favor do desenvolvimento das aprendizagens dos educandos, uma vez que os simulados são utilizados para adaptar os estudantes para realização das provas e não possuem caráter de auxílio ao processo educativo. Percebe-se mais um ato mecânico de condicionar as crianças à situação.

A partir da fala dos sujeitos, segundo Vianna (2005, p.35), “o refletir associado à avaliação decorre da necessidade de promover um ensino/educação que seja de qualidade”, portanto, partindo de uma perspectiva na qual o docente interpreta os resultados dos simulados como uma ferramenta aliada ao desenvolvimento do indivíduo, esses passam a ser indicadores do processo de aprendizagem. A reflexão na atividade docente é um movimento necessário para se pensar sobre o que se faz e o que se pode fazer (FREIRE, 2001), e é reflexo de um compromisso com a formação individual dos alunos, pois é nessa ação que podemos indicar e propor atividades favoráveis para cada realidade.

Isto posto, o simulado, para que seja tomado como um processo avaliativo, é necessário que seus resultados sejam pautados como instrumentos de análise para além do caráter de adaptação à uma modalidade de teste.

Cabe, aqui, a reflexão sobre a intencionalidade pedagógica da aplicação dos testes, se há a intenção de utilizar o instrumento não apenas para a preparação da avaliação em larga escala. Com a intencionalidade docente nos simulados, é possível visualizar possibilidades a partir da reflexão das habilidades que os alunos apresentam no pré-teste para desenvolver atividades cotidianas que dialoguem com os obstáculos a serem superados pela turma. Entretanto, destaca-se aqui que as possibilidades apresentadas a partir das falas dos professores não se vinculam diretamente ao intuito inicial dos simulados, mas sim a uma vertente que pode ser utilizada para ampliar o processo.

Em contrapartida, na pesquisa alcançaram-se opiniões divergentes sobre esse aspecto que chamaram atenção no que se refere a relação da aprendizagem com a emoção dos educandos durante o período escolar analisado:

[...] pois, durante o processo de alfabetização, as emoções da criança tem grande relevância em desempenho. O aluno, que se encontra no processo de alfabetização e letramento, deparar-se com uma variedade enorme de

textos verbais e não verbais, de extensão curta e mediana, com tantos objetivos, o que eu vejo, muitas vezes, é o desespero da criança por não conseguir realizar as questões, quando na verdade eles ainda encontram-se no processo de alfabetização". (P4)

[...]isso não faz sentido "um massacre" de simulados" durante todo o ano escolar, isso retira o direito de aprendizagem das crianças a outras áreas do conhecimento, para uma prática de treinamento para não errar as questões do SPAECE. (P6)

A crítica aqui apresentada refere-se ao processo de alfabetização das crianças. Como explicitado anteriormente, esse processo é complexo e previsto pela BNCC para acontecer de forma simultânea até o 2º ano do Ciclo de Alfabetização, série em que se realizam as provas do SPAECE. Na fala apresentada pelos educadores, destaca-se a visão de que as crianças estão consolidando suas aprendizagens sobre a aquisição do sistema de escrita alfabética ainda no 2º ano, portanto, o desempenho, tanto nos simulados quanto nas avaliações de larga escala, estão interligadas a isso. Dessa forma, os simulados devem respeitar as fases de desenvolvimento da aprendizagem de leitura e escrita, bem como o aspecto social e emocional do período da infância.

Os professores destacaram em suas falas suas percepções negativas do processo, tendo em vista a criança, o que ela externa das avaliações e o seu processo de alfabetização. Aqui, consideramos que o nível de hipótese alfabética do educando pode não se apresentar favorável aos gêneros exigidos pela prova no momento da aplicação dos simulados, sendo necessário um espaço maior para ação docente na alfabetização, bem como o desenvolvimento cognitivo, social e emocional no período da infância, tendo em vista que ao ingressar no Ensino Fundamental e durante toda a fase escolar, o indivíduo perpassa por mudanças significativas no seu desenvolvimento.

Wallon (1995), teórico da área de estudo do desenvolvimento psíquico humano, em sua pesquisa, trouxe para o campo do ensino-aprendizagem a relação dialética da afetividade e cognição dos indivíduos, viabilizando a discussão a partir da perspectiva da pessoa completa. Sendo assim, ao trabalhar com educação, não deve haver a dissociação de mente e corpo, pois a criança vai se mostrar a partir desta relação. Na pesquisa de Wallon (1995), o enfoque deste desenvolvimento está de forma intrínseca relacionado com a afetividade, na qual se considera os sentimentos do indivíduo, como a emoção e a paixão. Com isso, as fases de transição da infância na escola devem receber uma atenção genuína para o desenvolvimento das relações

afetivas que o sujeito constrói, tendo em vista as mudanças que ocorrem da visão do indivíduo acerca de si e do mundo.

A BNCC ressalta que, durante os primeiros anos do ensino fundamental, frente a estas mudanças que expandem a concepção da criança sobre si e sobre o mundo externo, é necessário que o trabalho da escola

se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atua. (BRASIL, 2019, p.58-59)

Assim, nessa etapa, o ambiente escolar deve propor metas voltadas a progressão das aprendizagens da Educação Infantil a fim de ampliar os conhecimentos explorados durante a etapa anterior. Para isso, o olhar sensível às demandas da fase na qual o sujeito se encontra é primordial para desfiar o trabalho da escola. No contexto avaliativo, como apontaram os professores participantes deste estudo, é necessário que esse processo considere as demandas envolvidas nessa fase, a fim de garantir as aprendizagens em todas as esferas do desenvolvimento, bem como trabalhar as atividades voltadas para alfabetização.

No processo de alfabetização, desenvolver as hipóteses dos discentes de leitura, escrita e oralidade requer estudo, objetivos e atividades adequadas, para que os indivíduos possam avançar cada nível, até consolidarem as aprendizagens. O trabalho da comunidade escolar e o olhar sensível para essas questões são fundamentais, portanto, o ambiente escolar é um aliado no processo, e responsável por proporcionar recursos favoráveis para o desenrolar das atividades que buscam propor os direitos de aprendizagem.

Desta maneira, a aplicação de simulados como atividades preparatórias das avaliações de larga escala, se existirem, devem considerar estes aspectos, e, por sua vez, as atividades que alicerçam a aprendizagem de leitura e escrita devem ser postas em evidência, a partir da concepção dos direitos de aprendizagem e do compromisso com a educação.

O espaço para atividades voltadas à alfabetização que viabilizam o trabalho do professor junto às crianças em desfiar as habilidades necessárias para leitura, escrita e oralidade não deve ser substituído pelos pré-testes. Os simulados não contemplam, em seus objetivos, o desenrolar das competências previstas para essa etapa do

ensino. A comunidade escolar pode empenhar seus esforços em diversas outras propostas que de fato auxiliem o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, como, por exemplo, a partir da análise de hipótese alfabética que a turma está, propor atividades adequadas que busquem superar os obstáculos de cada nível, com base nos documentos oficiais que indicam as aprendizagens de cada etapa escolar.

Podemos, então, organizar atividades e avaliações que já estão no cotidiano dos alunos ao modelo da prova oficial. Por exemplo, com questões objetivas, sem obrigatoriamente se utilizar dos momentos em sala para aplicar o simulado, tendo em vista que o formato do pré-teste pode ser explorado de outras formas que não prejudicam o percurso das atividades planejadas.

Desse modo, os esforços aplicados nessa fase devem acontecer em conjunto entre os docentes, comunidade escolar e o sistema educacional. Para melhor compreender as particularidades de cada momento da vida escolar é necessário investimento na formação dos profissionais atuantes e incentivo para estas práticas, bem como o compromisso com a educação de qualidade.

Para tanto, se faz preciso compreender como acontecem as práticas em sala de aula da realidade estudada. A seguir, partiremos para entender qual a influência da aplicação dos simulados para avaliação externa na rotina de sala de aula.

4.2 O reflexo da aplicação de testes preparatórios na rotina escolar

Em busca de entender a organização do trabalho do professor frente a aplicação dos simulados, questionamos de que forma a aplicação dos simulados influencia nas práticas pedagógicas na rotina da sala de aula.

Nessa questão, quatro professores afirmam que o resultado dos simulados influenciam nas suas práticas pedagógica, mas não foi destacado de que forma, e dois discordam.

Levantou-se, então, o questionamento sobre o reflexo da aplicação dos simulados no cotidiano escolar. Durante a pesquisa, destacou-se a fala do professor acerca das possibilidades que podem ser desenvolvidas com a aplicação dos pré-testes:

Há aplicabilidade dos simulados sem um planejamento e sem intervenções pedagógicas. Se utilizado na escola ele precisa ser entendido como instrumento a serviço da aprendizagem, as crianças precisam participar de suas

correções, avaliações, elas precisam entender o sentido daquela avaliação.
(P2)

tomando os devidos cuidados e respeitando a criança e entendendo que o foco é a aprendizagem. (P3)

Aqui, apresenta-se a importância do planejamento com os momentos de realização dos simulados. A fala do P2 destaca a necessidade do simulado ao ser utilizado como avaliação de desempenho das crianças, com os seus resultados usados a serviço de informações sobre elas e com o seu desenrolar a serviço da aprendizagem, utilizando essa ferramenta para o diagnóstico discente. As crianças devem possuir o conhecimento de que prova elas estão fazendo, qual a finalidade, o porquê de ela estar sendo aplicado, e não apenas uma atividade pontual que não está inserida no seu cotidiano. Aplicar a prova apenas para cobrir o calendário de exigências pode não ser favorável para a alfabetização dos educandos. A fala do docente remete a importância de o educando entender para que se destina aquela prova e como ela pode ser respondida.

Dessa forma, é necessário buscar meios para não tornar as aulas uma forma de treino de habilidades para responder ao modelo de uma prova, mas sim, trabalhar as competências esperadas e, nesse caso, as habilidades de leitura, escrita, oralidade e a construção semiótica da linguagem de forma prioritária, uma vez que para fazer a prova a criança necessita ser capaz de ler e interpretar os textos, e estas aprendizagens citadas dialogam com as propostas dos documentos oficiais do estado e da BNCC.

As atividades no período de alfabetização não são atividades pontuais com fim em si mesmas, mas sim, atividades sequenciais para desenvolver as aprendizagens, pois alfabetizar é algo contínuo. Considerar a etapa do desenvolvimento e produzir atividades diversificadas para explorar os gêneros textuais, elaborar textos coletivos, compreender a leitura dos colegas e do professor (BRASIL, 2019), entre outras, são necessárias e previstas pelos documentos.

O fazer na alfabetização deve ser uma prática constante que oportuniza a criança a testar suas hipóteses, explorar e ampliar os conhecimentos desse processo. Por exemplo, segundo Coutinho (2005, p.49), ao falar sobre o eixo de escrita “é fundamental que o aluno tenha muitas oportunidades de fazê-lo”, pois defende que quanto mais a criança pratica, mais ela se apropria daquele sistema. A oportunidade de fazer e testar durante este período é o principal indicativo da aprendizagem. Os

momentos em sala de aula devem propor este espaço para o educando desfiar suas hipóteses e para o professor gerir suas análises e intervenções a partir desse momento. Assim, atividades pontuais que não têm como prioridade a aprendizagem podem tornar-se um empecilho no percurso pedagógico.

As avaliações possuem um papel importante, Silva (2003) retrata que:

A avaliação cruza o trabalho pedagógico, desde seu planejamento até a sua execução, coletando dados para melhor compreensão da relação entre o planejamento, o ensino e aprendizagem e poder orientar a intervenção didática para que seja qualitativa e contextualizada. (SILVA, 2003, p.13-14)

Como exploramos nos capítulos anteriores, a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem. Assim, se o simulado não cruza o trabalho pedagógico do planejamento à execução, ele não é uma forma de avaliação. Ao retornar a fala do docente P3, se este momento de simulado existe, ele deve respeitar o sujeito que realiza o teste e priorizar a aprendizagem. Se há o desejo de tornar o simulado parte da avaliação, todo o seu percurso, desde o planejamento das atividades em sala aos resultados, só é possível fazê-lo a partir de objetivos claros que versam sobre a aprendizagem dos discentes, e que podem orientar o trabalho do professor para compreender os erros e acertos e, então, formular ideias para superar os obstáculos.

Mas, para isso é preciso a orientação por parte da escola sobre esses instrumentos, pois, como a finalidade inicial, os simulados são apenas um treinamento para o modelo da avaliação de larga escala que descaracteriza os processos de ensino e aprendizagem. Se o mesmo é utilizado apenas para este período de preparo, é um processo pontual que não possui características próprias de avaliação e não influencia de forma positiva o trabalho pedagógico.

Em paralelo a essa resposta, da amostragem dos seis professores, apenas dois responderam “SIM” para identificação de benefício ao processo de leitura e escrita das crianças mediante a aplicação de simulados, esses que responderam “SIM” também havia respondido “SIM” para indicar influência dos simulados na ação pedagógica.

Dessa forma, chama-se atenção para a prática pedagógica que ocorre em sala frente a realidade das avaliações na amostragem. Uma vez que os professores afirmam que sim, o simulado influencia sua prática, entretanto, quatro deles não visualizam resposta positiva para o processo de alfabetização das crianças, sendo este o

número o dobro de respostas dos professores que afirmam que os simulados influenciam em sua prática. Ou seja, reforça que a influência na rotina existe, entretanto, não se visualizam em um aspecto geral benefícios para a alfabetização das crianças.

Simultâneo a essa discussão, um aspecto positivo apresentado por um dos sujeitos é:

os alunos são melhor assistidos, por toda escola, no processo de aprendizagem. Com essas avaliações, nós professores, recebemos o apoio de outras pessoas da escola, como a coordenadora, voluntários do mais educação, bolsistas e outros, para o acompanhamento individual no processo de leitura.
(P4)

Na perspectiva da fala do educador P4, os resultados dos simulados refletem em respostas de apoio ao trabalho desenvolvido na escola. Nessa realidade, os resultados influem no dinamismo da sala. Sendo assim, se o uso do instrumento for mais uma forma de avaliação, é possível esta discussão.

Vianna (2005, p. 25) ressalta que é fundamental que os resultados das avaliações cheguem aos pais e a comunidade escolar, pois gera consequências positivas para o processo de aprendizagem e implica novas formas de fazer e pensar a educação. O autor ressalta que a avaliação não é um fazer abstrato, mas sim, um instrumento para ser discutido por diferentes segmentos sociais, sem isso pode comprometer os programas de avaliação.

Essa faceta da avaliação externa aponta a sua importância no ensino aprendizagem, na qual é possível visualizar os processos e receber apoio, financiamento e a possibilidade de reestruturar o ensino e as condições do espaço para uma educação de qualidade. Para isso, é de suma importância o empenho da comunidade escolar e do sistema educacional em propor um espaço para discussão que aponte direcionamentos, como a inserção de programas dispostos pelo Ministério da Educação, como destacado na fala de um dos docentes, o Novo Mais Educação.

O Novo Mais Educação é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como um dos propósitos a alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa através do atendimento pedagógico específico (BRASIL, MEC, 2016), e na realidade vivida pelas crianças que, de acordo com o seu desempenho no simulado, recebem essa assistência.

Portanto, essa realidade mencionada pelo sujeito apresenta uma outra possibilidade: a aplicação do pré-teste sendo interpretada, no que se refere ao uso dos

seus resultados, como forma de avaliação. Entretanto, sabemos que para conhecer o desempenho das crianças há outras atividades, como já citado anteriormente, a possibilidade retratada por esta fala remete a uma vertente que pode ser desenvolvida para que o simulado não seja apenas uma atividade pontual.

Tendo em vista que o 2º ano é o fim do ciclo de alfabetização, o empenho nessa etapa deve estimular a consolidação das facetas da alfabetização. Para ampliar a discussão, reflete-se, na próxima seção, sobre a frequência dos simulados aplicados e o trabalho dos professores diante dessa realidade.

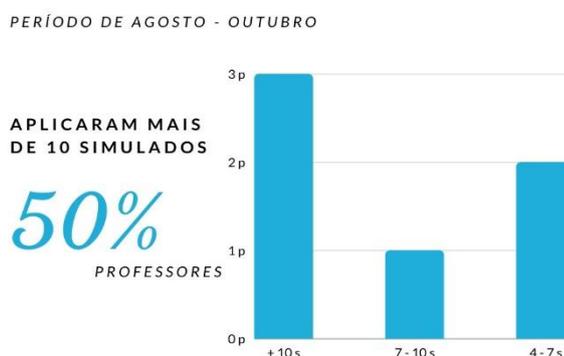
4.3 A frequência da aplicação dos testes e a ação docente

Os testes simulados, objeto desta pesquisa, referem-se aos que são elaborados pela própria instituição de ensino e aos que também são enviados pela Secretaria de Educação (SEDUC) para as escolas e são realizados em sala.

Na amostragem observada até a data de aplicação da pesquisa, três professores aplicaram mais de dez simulados na turma, um professor aplicou entre sete e dez simulados e dois professores aplicaram entre quatro e sete simulados.

O Gráfico 1 representa as respostas dos professores.

Gráfico 1 – Resposta dos professores sobre a frequência da aplicação de simulados.



Fonte: Dados da pesquisa

Legenda: quantidade de professores indicado pela letra P, quantidade de simulados indicado pela letra S.

Ao serem questionados sobre a opinião acerca da frequência de aplicação do instrumento simulado, os professores ressaltam:

Os simulados fazem parte do treino que são submetidos os alunos do segundo ano por conta da prova do SPAECE. Não tem ponto positivo, se fossem poucos poderíamos dizer que é para criança se acostumar a resolver uma prova tão extensa, pois pode acontecer de saberem os descritores, mas errarem devido não conhecerem o modelo da prova. (P6)

A frequência com que é realizado tira a qualidade da intervenção. (P5)

Nessas falas, remetemos à mais um descontentamento dos entrevistados sobre os simulados quanto a frequência com que são aplicados. Se há uma alta frequência na aplicação dos testes, não oportuniza o desenvolvimento de atividades para o processo de alfabetização, mas sim, se restringe a momentos de conhecimento ao modelo da prova. Com isso, a frequência remete a momentos de repetição desses períodos de pré-teste na rotina escolar. A etapa de intervenção didática fica reduzida, reflete um desgaste emocional nas crianças tendo em vista o seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional, os quais deveriam ser ampliados de forma incisiva a fim de garantir o seu direito de aprendizagem, e também ao docente, que é colocado na posição de executor dessa tarefa e assim não consegue realizar as suas intervenções com qualidade, como é relatado por P5.

O Documento Curricular Referencial do Ceará (2019) trata sobre o processo de alfabetização como o foco da ação pedagógica. Para esse documento, a ação docente voltada para situações reais de leitura e escrita devem ser primordiais para a aprendizagem dos educandos. Com isso, e compreendendo a complexidade dos processos de alfabetização exposto anteriormente, os aspectos de desenvolvimento do indivíduo e seu contexto são o foco principal nesse período, a aplicação de simulados não pode limitar a ação pedagógica dos professores.

Destinar tanto tempo para atividades pontuais como os pré-testes, acaba por reduzir o tempo disponível para realizar atividades cujas prioridades sejam desenvolver “a consciência fonológica, que envolve saber sobre as relações entre sons (fonemas) em suas variedades e as letras (grafemas) do português brasileiro escrito” (SEDUC, 2019). A realização de modelos preparatórios para as crianças pode implicar em momentos de “treino” e não devem ser privilegiados frente aqueles que buscam desenvolver as habilidades específicas do processo de alfabetização. Portanto, faz-se necessário analisar com qual frequência estes simulados acontecem nas realidades observadas.

Destacamos aqui o paralelo das respostas dos professores do 1º ano e 2º ano sobre a opinião da frequência dos testes aplicados na rotina escolar:

Na turma em que atuo, 1 ano, considero a frequência boa, 01 mensal a partir de agosto e, de modo geral, envolvendo habilidades que reflitam a apropriação do sistema alfabético.” (P1)

Vejo essas aplicações de simulados semanais, e agora que está mais próximo da realização do SPAECE, chega a ser aplicado até dois por semana, um verdadeiro treinamento. (P4)

Nessas falas, percebe-se que quanto mais próximo da prova, maior o uso dos testes preparatórios. Na pesquisa, apenas um professor atua no 1º ano e está entre os que aplicam entre quatro e sete simulados, o menor número de aplicações apontado na pesquisa. Vale ressaltar que no 1º ano as crianças não realizam a prova do SPAECE. Como exposto anteriormente, a ação pedagógica é primordial no período de alfabetização e estes momentos em sala assumem suma importância para concretizar os conhecimentos. A discussão sobre a frequência de testes preparatórios nesta etapa aponta a necessidade de refletir sobre o trabalho que é realizado em sala.

Ao fazer o paralelo entre as falas dos professores do 1º e 2º ano, sendo o 2º ano a série prevista para ser o fim do processo de alfabetização das crianças, o destaque que acontece um “verdadeiro treinamento” para as provas chama atenção para o enfoque de conteúdo que se dá neste período escolar correspondente a pesquisa realizada.

Com a maior frequência de simulados no 2º ano, série em que se aplica a prova do SPAECE, percebemos que o intuito é acostumar os discentes a estrutura da prova. Sendo assim, mesmo com as possibilidades apresentadas nos tópicos anteriores pelos docentes, refletimos que as possibilidades apresentadas não são o enfoque da aplicação deste instrumento. Com isto, fazemos a reflexão sobre o que é possível utilizar como ferramenta para familiarizar as crianças a estrutura da prova do SPAECE sem passar necessariamente por um simulado, como, por exemplo, incluir em atividades diárias o modelo de questão utilizado na prova oficial e levar para discussão em sala questões que são aplicadas no teste para explorar as hipóteses das crianças sobre as possíveis respostas.

Ancorar o conhecimento para responder a estrutura da prova do SPAECE em atividades já existentes em sala de aula indica um processo de aprendizagem significativo, que não será visto como um modelo pontual que é aplicado com frequência alarmante em sala. A partir de atividades planejadas em coerência com o delinear

do processo de alfabetização, os simulados passam a não ser instrumentos prioritários e exclusivos para a adaptação dos educandos à estrutura da prova do SPAECE.

A BNCC, em diálogo com o Documento Curricular Referencial do Ceará, fala sobre a importância da ação pedagógica no Ensino Fundamental voltada para alfabetização e ressalta que a alfabetização é se apropriar da ortografia junto a compreensão de como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua (BRASIL, 2019, p.92).

Desse modo, pensar sobre a execução das atividades em paralelo às avaliações em larga escala é planejá-las de forma a não sobrepor umas às outras, afinal o resultado das avaliações externas deve expressar a aprendizagem que está sendo desenvolvida e não apenas ser resultado de treinos excessivos.

Refletir sobre a forma que estão sendo aplicados esses testes de acordo com os princípios da avaliação no que se refere ao planejamento, objetivos e divulgação de resultados, como parte da prática pedagógica pode ser possível. Entretanto, o enfoque, de acordo com os documentos oficiais e conhecendo as especificidades do processo, deve ser a alfabetização das crianças. Afinal, para responder os testes é necessário a apropriação das habilidades de leitura, escrita e oralidade.

A prática baseada na reflexão, como defendido em capítulos anteriores, ganha aqui um destaque para repensar e apontar novas formas de fazer o uso do instrumento simulado e esta reflexão deve partir de toda a comunidade escolar e sistema educacional. As políticas educacionais e o sistema educacional devem trabalhar em parceria para incentivo em políticas de alfabetização na escola, dessa forma esses segmentos serão apoio ao trabalho do docente na sala de aula, para que as especificidades do processo de alfabetização sejam atendidas.

A partir da união desses segmentos, sendo o ponto de partida o processo de alfabetização, o olhar sobre a criança e uma avaliação coesa com os processos de ensino aprendizagem, será possível a execução de uma educação de qualidade. Logo, propor a reflexão sobre estes momentos pontuais de preparação que não possuem objetivos específicos de contribuição para as aprendizagens previstas para a etapa do Ciclo de Alfabetização é primordial na busca pela qualidade educacional nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar as concepções dos professores sobre as atividades preparatórias desenvolvidas a partir das avaliações em larga escala no Ciclo de Alfabetização. A partir da compreensão dos processos de avaliação e de alfabetização, foi possível delinear a reflexão sobre o impacto da aplicação de simulados nessa etapa.

Por meio da pesquisa qualitativa, o estudo buscou investigar a perspectiva dos docentes sobre a realidade do trabalho em sala com as turmas do 1º e 2º ano em consideração ao que se refere ao desenvolvimento das crianças durante essa fase e as demandas escolares. Dessa forma, foi possível compreender o desenrolar das atividades pedagógicas sobre avaliação e simulados nas séries em que atuam.

O primeiro tópico do estudo faz a reflexão sobre o que é avaliação na aprendizagem e considera importante uma avaliação conectada com todo o processo, isso se refere a uma ferramenta que não possui fim em si mesma, mas sim, é parte contínua e processual durante todo o período analisado. Com isso, avaliar de forma diagnóstica é interpretar dados de forma conjunta e não apenas em um ângulo isolado, pois é a partir da análise de todo o processo que se viabiliza a interpretação do desempenho das intervenções realizadas e propostas novas maneiras de trabalho.

Em seguida, nos debruçamos acerca das avaliações realizadas pelos órgãos governamentais e as políticas de educação. Com o intuito de monitoramento de políticas públicas e promoção de qualidade e equidade de ensino, essas avaliações propõem a publicitação de resultados e incentiva o bom desempenho mediante o incentivo financeiro para escolas que se destacam com boas notas nessas avaliações de larga escala. A escola, por sua vez, empenha seus esforços para adquirir esse financiamento e aprovação governamental para continuidade de suas atividades.

Essa conjuntura propõe ao professor e a toda comunidade escolar impulsionar maneiras para alcançar boas notas, com isto, o simulado é uma estratégia utilizada pelas escolas que é produzida e incentivada pela Secretária de Educação. Esses simulados possuem a finalidade de adaptação das crianças e adolescentes aos modelos das avaliações de larga escala.

Contudo, a pesquisa aponta que os simulados são instrumentos pontuais e desvinculados da prática educativa. Nas realidades observadas, em muitos momentos

os educadores se referem a eles citando a alta frequência da aplicação e sua pontualidade, pois em muitos casos esses simulados são aplicados e não há uma reflexão sobre as questões, erros, acertos e devolutiva para o docente acerca do desempenho das crianças a partir de cada descritor. Se não há vínculo com o processo educativo, é apenas uma ferramenta de adaptação que se incorpora na realidade escolar sem objetivo específico de expandir a aprendizagem das crianças. Nos referimos nesse contexto às aprendizagens orientadas pelos documentos oficiais e a partir dos estudos de teóricos na área da alfabetização.

Este trabalho com enfoque nos anos do Ciclo de Alfabetização conclui a partir da fala dos docentes que a ferramenta simulado não tem aspecto propulsor de desenvolvimento na aprendizagem de leitura e escrita das crianças do 1º e 2º ano. As crianças nessa etapa estão passando pelo processo de aquisição de leitura e escrita, bem como reestruturando as suas perspectivas sobre si e sobre o mundo a sua volta. Desta maneira, a aplicação dos simulados como forma de adaptação a estrutura de prova descaracteriza o delinear do ensino e aprendizagem dos educandos e acaba por desencadear em sala momentos de treino excessivos que, nas realidades pesquisadas, retiram tempo hábil de intervenções pedagógicas que podem contribuir para as aprendizagens nessa etapa.

Isso posto, é necessário avaliar a aplicação dos simulados e refletir sobre as ações pedagógicas que podem substituir o uso excessivo dos pré-testes. Devemos repensar a maneira que podemos proporcionar um ambiente de educação que irá oportunizar o desenvolvimento das habilidade de leitura, escrita e oralidade, bem como, habituar as crianças ao modelo da prova, sem que prejudique o objetivo de aprendizagem de cada série.

Em vista disso, o enfoque da ação educativa deve ser o olhar sensível às demandas da criança. A partir dessa análise do educando sobre seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social, propor atividades que se aliem às facetas do processo de alfabetização. Essas atividades devem conter a oportunidade de testar hipóteses, questionar e refletir sobre o objeto de estudo. Com isto, para adaptar as crianças a uma estrutura de prova não é necessário o uso excessivo do seu modelo.

As intervenções pedagógicas podem incorporar na rotina de sala de aula questões que trabalhem os descritores em uma ação conjunta com as crianças em que elas são convidadas a questionar e tirar suas dúvidas sobre a resolução das questões. Atividades que são planejadas de acordo com a hipótese alfabética da criança e

a sua etapa de desenvolvimento e que contribuem para a expansão do conhecimento de forma significativa, planejada e avaliada. Momentos que trazem devolutivas para o docente sobre o desempenho do seu educando, com a intenção de refletir sobre as práticas realizadas e propor novas intervenções de acordo com as demandas da turma.

Para isso, também é necessário a perspectiva voltada para a importância do principal elemento da etapa do Ciclo de Alfabetização: as habilidades de leitura, escrita e oralidade. Desta maneira, será possível a reflexão do docente e de toda comunidade escolar sobre as suas práticas.

Assim sendo, as políticas de incentivo ao bom desempenho e os *rankings* de escolas não devem ser o meio primordial para as ações em sala de aula. O incentivo financeiro e o bom desempenho serão consequência de um trabalho adequado com as crianças.

Consideramos importante também a demanda de investigação sobre o olhar da criança, sendo necessário investigar o que ela sabe sobre o porquê dessa aplicação excessiva e qual a sua opinião sobre isso, pois, a criança é também autor e protagonista do seu processo de ensino e aprendizagem. Com isso, é persistente a continuidade de pesquisa e reflexão nessa área de estudo para contribuir com as ações que buscam melhorias na qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliana Borges C. de; MORAIS, Artur Gomes de. Avaliação e Alfabetização. *In: Avaliação em língua portuguesa : contribuições para a prática pedagógica* / organizado por Beth Marcurschi e Livia Suassuna . — 1 ed., 1 reimp. Belo Horizonte : Autêntica , 2007. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/8.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2020.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Cuidados na avaliação da aprendizagem: algumas reflexões. *In: Esboços em avaliação educacional*, Brendan Mc Donald, *et al.* - Fortaleza: Editora UFC, 2003.

ARAÚJO, Karlane Holanda. **Os efeitos do prêmio escola nota dez nos processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral e das apoiadas de Caucaia no ano de 2009** - Dissertação de Mestrado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15716/1/2016_dis_kharajujo.pdf. Acesso em: 18 de mar. 2020.

ARAÚJO, Karlane Holanda; LEITE, Raimundo Hélio; SILVA, Lucas Melgaço da. Política de Responsabilização Educacional no Ceará: Avaliação, *Rankings* e premiação. *In: Avaliação educacional: estudos e práticas institucionais de políticas de eficácia* / Raimundo Hélio Leite, Karlane Holanda Araújo, Lucas Melgaço da Silva (orgs) - Fortaleza: EdUECE, 2017

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2019.

CAED. **Centro de políticas públicas e Avaliação da Educação**. Juiz de Fora: CAEd, 2018. Disponível em: <http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/tipos-de-avaliacao/avaliacao-somativa/>. Acesso em: 25 de set. 2020.

CAED. **Proficiência/Acerto por Descritor - Resultados Finais**. Juiz de Fora: CAEd, 2018. Disponível em: <http://www.spaece.caedufjf.net/resultados/>. Acesso em: 02 de mar. 2020.

CEARÁ. **Documento Curricular Referencial do Ceará**. Ceará: SEDUC/ Secretaria de Educação do Estado do Ceará, 2019.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Governo do Ceará. **Manual de orientações para elaboração, execução e prestação de contas de aplicação dos recursos financeiros do Prêmio Escola Nota Dez**. Fortaleza: Seduc, 2013a

CEARÁ. Lei nº 15.923 de 15 de dezembro de 2015. Institui o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo e quinto anos de ensino fundamental. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, 15 dez. 2015.

COUTINHO, Marília de Lucena. Psicogênese da língua escrita: O que é? Como intervir em cada uma das hipóteses? Uma conversa entre professores. *In: Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética / organizado por Artur Gomes Morais, /Eliana Borges Correia de Albuquerque, Telma Ferraz Leal . — Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/20.pdf>. Acesso em: 22 de jan. 2020.*

ESTEBAN, Maria Teresa. A avaliação no cotidiano escolar. *In: GARCIA, R. L. et al. ESTEBAN, Maria Teresa (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 5 ed - Rio de Janeiro: DP&A, 2003*

FERREIRO, Emilia; Teberosk, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita.** Porto Alegre: Artes Medicas 1985.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 2.ed. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

GALVÃO, Andréa; LEAL, Telma Ferraz. Há lugar ainda para métodos de alfabetização? Conversa com professores(as). *In: Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética / organizado por Artur Gomes Morais, Eliana Borges Correia de Albuquerque, Telma Ferraz Leal . — Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/20.pdf>. Acesso em: 15 de mar. 2020.*

GARCIA, Regina Leite. A Avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso. *In: GARCIA, R. L. et al. ESTEBAN, Maria Teresa (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 5 ed - Rio de Janeiro: DP&A, 2003*

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD Contínua 2019.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 1 de jun. 2020.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar:** políticas, estruturas e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1998

MÉNDEZ, Juan Manuel Álvarez. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir;** trad: Magda Schwartzaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

Minayo, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai. Prefácio. *In: Avaliação educacional: estudos e práticas institucionais de políticas de eficácia.* Raimundo Hélio Leite, Karlane Holanda Araújo, Lucas Melgaço da Silva (orgs) - Fortaleza: EdUECE, 2017

SILVA, Janssen Felipe da. Avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora. *In: Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo.* SILVA, Janssen Felipe; HOFFMAN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa (orgs). Porto Alegre: Mediação, 2003.

SOARES, Magda. Letramento em texto didático: o que é letramento e alfabetização. *In: Letramento: Um tema de três gêneros.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. Alfabetização e Letramento: Caminhos e descaminhos. **Revista Pátio**, A. 7, n. 29, p. 96-100, 2004.

PIAGET, Jean. **Biologia e Conhecimento.** 2ª Ed. Vozes : Petrópolis, 1996

VIANNA, Heraldo Marelím. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** Lisboa, Edições 70, 1995 .

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1) Qual a turma que você atua?

1º ano do Ciclo de Alfabetização

2º ano do Ciclo de Alfabetização

2) A turma em que você atua durante esse ano, passa por avaliação externa (exemplo: SPAECE/SAEB)?

Sim

Não

3) Durante este ano, quantos simulados já foram realizados na sua turma?

0 – 3

4 - 7

7 - 10

Acima de 10

4) Quantos desses simulados aplicados foram elaborados pela própria escola?

0 – 3

4 - 7

7 - 10

Acima de 10

5) Você concorda com a quantidade de simulados aplicados nas turmas do ciclo de alfabetização?

Sim

Não

6) O resultado dos simulados influencia a sua prática na sala de aula?

Sim

Não

7) Você identifica benefícios no processo de desenvolvimento de leitura e escrita das crianças através da aplicação dos simulados?

Sim

Não

8) Quais os pontos positivos e negativos que você encontra na aplicação dos simulados em turmas do ciclo de alfabetização com crianças que estão em processo de desenvolvimento de leitura e escrita?

- 9) Qual a sua opinião sobre a aplicação e a frequência destes simulados nas turmas do ciclo de alfabetização?